

GLOBALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES UM DESAFIO PARA A DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Aristéia Mariane Kayser¹

Marco Aurélio da Silva²

Resumo

O objetivo desta reflexão é demonstrar a necessidade de uma gestão escolar descentralizada, a qual parece ser o fio condutor para minimizar as lacunas no que tange a problemática referente a desigualdade social. Entende-se, que o administrar/gestor da gestão democrática do ensino público, deverão observar sete princípios entre eles: PME, do PAR, Proposta Curricular do Município, PDE da Escola, o estabelecimento de metas, manutenção de recursos e avaliação, conselhos de classe. Logo a Lei 9394/96, nos referidos Artigos de nº, 12,13,14 e 15 estabelece uma determinação de descentralização, ou seja, passando a atribuir responsabilidades a todos os atores envolvidos no âmbito escolar e isto é corroborado com a proposta do Projeto Político Pedagógico.

Palavras – chave: política educacional. descentralização. gestor escolar.

Abstract

The aim of this study is to demonstrate the need for a decentralized school management, which seems to be the thread to minimize the gaps in relation to both issues relating to social inequality. It is understood that the administration / manager democratic management of public education, shall observe seven principles including: SMEs, PAR, Curriculum Proposal Municipality, PDE School, goal setting, maintaining and evaluating resources, advice class. Soon the Law 9394/96, referred to in Articles No, 12,13,14 and 15 makes a determination of decentralization, ie, going to assign responsibilities to all stakeholders in the school and this is corroborated by the proposed Political Pedagogical Project.

Key - words: education policy. decentralization. school manager.

INTRODUÇÃO

A educação para todos tem se configurada uma das maiores necessidade no âmbito das políticas educacionais³. Desta forma verifica-se cada vez mais uma

¹ Especialização em Gestão da Organização em Saúde Pública – UFSM, Especialização em Educação Ambiental – UFSM. Santa Maria-RS/BRASIL. E-MAIL: amarianekayser@yahoo.com.br.

² Mestrando em Ciências Sociais - UFSM, Mestrando em Educação – UNISC, Especialização em Gestão Educacional – UFSM, Especialização em Educação Ambiental –UFSM, Especialização em Mídias na Educação – UFPEL. Santa Maria-RS/BRASIL.E-MAIL: marcoaurelio22000@yahoo.com.br.

flexibilização no que tange as organizações curriculares, um exemplo claro é o surgimento da educação à distância e as outras modalidades de ensino. E o discurso que se verifica é uma maior inclusão social e educacional em prol dos desfavorecidos. No entanto, observa-se, cada vez mais uma conexão entre as práticas educativas com o sistema globalizado, com uma sociedade consumista. O objetivo desta reflexão é demonstrar a necessidade de uma gestão escolar descentralizada, a qual parece ser o fio condutor para minimizar as lacunas no que tange a problemática referente a desigualdade social.

No Inciso VI do Art. 206 da Constituição Federal do Brasil de 1988, refere-se ao processo de autonomia. Entende-se, que o administrar/gestor da gestão democrática do ensino público, deverão observar sete princípios entre eles: PME, do PAR, Proposta Curricular do Município, PDE da Escola, o estabelecimento de metas, manutenção de recursos e avaliação, conselhos de classe. Todos em prol da elaboração do Projeto Político Pedagógico que norteia e fundamenta as ações educacionais a nível municipal. Com os princípios que esses documentos nos apresentam podemos dar embasamento ao PPP, no sentido de que esta siga dentro dos propósitos qualitativos que se esperam da educação em todo o país. Algumas dessas diretrizes (políticas), dependem mais da forma como a secretaria municipal irá conduzir o processo quanto à participação e mobilização, entretanto outros dependem exclusivamente da escola para a sua boa implementação.

A princípio a proposta curricular de um município, quando objetiva uma educação democrática de qualidade deve ser voltada para a formação cidadã, também estaria fundamentada nos documentos acima mencionados. É consenso que este processo não se constrói sozinho, só é possível por meio da participação de todos os atores sociais. Ou seja, a escola, a comunidade escolar, a comunidade local, pais, gestores, gestor municipal, conselhos escolares são os personagens co-responsáveis para garantir o sucesso na e dá aprendizagem e a efetivação real de uma gestão democrática e de uma educação de qualidade . Segundo Bordignon (1993).

[...] não mais como organização burocrática, mas como instância de articulação de projetos pedagógicos partilhados pela direção, professores, alunos e comunidade. Na escola, assim concebida, não há lugar para

³ Política é um [...] conjunto de atividades que, de uma forma ou de outra, são imputados ao Estado moderno capitalista ou dele emanam. (SHIROMA et al., 2002, p. 7).

burocratas, nem súditos. Nela, todos os envolvidos são cidadãos, atores participantes de um processo coletivo de fazer educação. Educação que se constrói a partir de suas organizações e processos, a cidadania e a democracia. (BORDIGNON, 1993, p.73).

Dentro de todo este contexto o gestor democrático deve ter conhecimento específico da gestão escolar e administrativa, deve ser inovador, incentivador de todos os atores envolvidos estimulando-os e motivando-os e conseqüentemente desenvolvendo um processo formativo dos mesmos visando à reconstrução, reorganização de conhecimentos, favorecendo um ambiente agradável e humanizador. Esta nos parece ser a proposta de uma escola nova democrática, a qual desenvolve projetos junto à comunidade escolar e local e assim valorizando os conhecimentos e as expectativas nativas da comunidade no que tange ao sistema de ensino da escola. Para Tocqueville (1962), a ação coletiva não é apenas um fato social, mas também envolve o que entendemos por fato político e moral, é a conjunção destes fatos que se forma um indivíduo consciente da sua participação no coletivo, ou seja, o indivíduo passa a ter uma maior percepção da sua ação cívica e conseqüentemente passa a desenvolver esta ação em comum acordo entre seus pares.

Ressalta que o entendimento dos gestores que a escola é lugar de apenas transmitir conhecimento, deve ser re-pensado em prol de formar cidadãos críticos, criativos, participativos, com autonomia e capacidade de socialização/integração. Toda transformação no âmbito escolar requer uma renúncia é um trabalho árduo, pois envolve inovações no processo educacional. E no contexto de uma educação globalizada o desafio se torna maior, pois requer dos gestores uma constante renovação e uma forma diferenciada de trabalhar sua gestão no que se refere a uma organização sistemática.

Neste sentido a organização escolar junto ao gestor pode se perguntar: O que queremos efetivamente com o nosso trabalho pedagógico? A nossa escola tem desenvolvido uma aprendizagem dos nossos alunos que seja efetiva correspondendo à realidade da atual sociedade? São algumas questões que o gestor-cidadão e educador, poderão usar como termômetro da sua gestão.

Pois, um dos desafios em pensar a educação hoje segundo Dowbor (1996) “[...] passa por uma redefinição da cidadania e, em particular, por uma redefinição das instituições para que os espaços participativos coincidam com as instâncias de decisões significativas” (p. 73). O ato de repensar a escola deve ser considerado a sua realidade,

pois [...] é preciso partir das condições atuais [...] Marx e Engels (apud SILVA JÚNIOR, 1984, p. 23).

Outro um grande desafio da gestão escolar é a questão da profissionalização seja do aluno como do educador. No entanto, o desenvolvimento escolar passa pela capacidade do gestor em dialogar mediando à integração entre os segmentos da sociedade e as propostas pedagógicas resultando em uma melhor aprendizagem dos alunos. Verificar Art. 209 da Constituição Federal de 1988, o Poder Público pode avaliar a qualidade deste planejamento escolar conforme as normas gerais da educação nacional corroboram com esta afirmativa Gadotti e Romão (1997, p. 47). No século XXI muito se fala em uma ação – reflexão - ação da gestão democrática escolar pública. A escola necessita estar em constante transformação buscando responder aos desafios impostos por um mundo globalizado e cada vez mais individualista, egocêntrico.

A Lei 9394/96, nos referidos Artigos de nº, 12,13,14 e 15 estabelece uma determinação de descentralização, ou seja, passando a atribuir responsabilidades a todos os atores envolvidos no âmbito escolar e isto é corroborado com a proposta do Projeto Político Pedagógico. O Art, 15 da Lei 9394/96, deixa claro que a escola deve desenvolver uma construção autônoma, no que tange o projeto pedagógico e as questões administrativas e isto requer o envolvimento/participação da comunidade escolar. Segundo Aranha (2003), o Projeto Político Pedagógico, deve ser entendido como um

[...] instrumento teórico-metodológico, definidor das relações da Escola com a comunidade a quem vai atender, já que explicita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer, para quem se vai fazer e como se vai fazer. É nele que se estabelece a ponte entre a política educacional do município e a população, através da definição dos princípios, dos objetivos educacionais, do método de ação e das práticas que serão adotadas para favorecer o processo de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças e adolescentes da comunidade. (ARANHA, 2003, p.44).

Entretanto, a gestão democrática ela é representativa! A dificuldade que temos hoje é em distinguir sobre o que é uma gestão democrática e uma gestão representativa.

[...] aquela forma de governo em que o povo não toma ele mesmo as decisões que lhes dizem respeito, mas elege seus próprios representantes que devem por ele decidir [...] Tanto a democracia direta, quanto a indireta descendem do mesmo princípio da soberania popular, apesar de se distinguirem pelas modalidades e pelas formas como essa soberania é exercida. (BOBBI, 2000, p. 33-34).

Além de isto, outro aspecto importante para o bom desenvolvimento desta gestão democrática é referente às condições e Rios (2008) vai dizer que; [...] as condições não se encontram apenas no docente, mas também à sua volta, no contexto em que ele desenvolve seu trabalho [...] É preciso levar em conta as condições infra-estruturais para o trabalho (p.132). Os gestores assumem uma gestão representativa e o grande diferencial é que eles segundo o Art, 15 da Lei 9394/96 compartilham esta gestão, mas isto não significa que todas as suas funções devem ser compartilhadas, há com certeza decisões que cabe somente ao gestor tomar. Segundo Cavaliéri (1999),

Pensar um novo formato de escola é sempre um trabalho de imaginação pedagógica e sociológica. Mesmo que inspirada em experiências concretas, tal reflexão é um exercício de criatividade e extrapolação. Ademais, se a escola é sempre fruto das políticas educacionais adotadas, tais políticas, por sua vez, não deixam de ser fruto das concepções que se estabelecem pelo diálogo entre teoria e prática, bem como entre imaginação e realidade. (CAVALIÉRI,1999, p.118).

A pergunta é: quais são as realidades da comunidade escolar? Qual escola que queremos? O que é um processo democrático? São três perguntas complexas. E geralmente as respostas são; queremos uma escola nova, emancipatória, com alunos críticos e criativos, a escola precisa ser mais aberta e mais democrática. Todavia, não damos abertura para questionamento no decorrer das aulas, ou seja, não damos oportunidade de reflexão, falamos em liberdade de expressão mas somos os primeiros a podar nossos alunos. São algumas reflexões que vão surgindo e que toma uma amplitude de desconcerto. Nesta perspectiva Kramer (1999), contribui dizendo que⁴,

Uma Proposta Pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma Proposta Pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda Proposta Pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda Proposta Pedagógica contém uma aposta. Nasce da realidade que pergunta e é também a busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui; traz também as dificuldades que enfrenta os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala é a fala de um desejo, de uma vontade eminentemente política no caso de uma proposta educativa e sempre humana, vontade que, por ser social e humana, nunca é uma fala acabada, não aponta o lugar, a resposta, pois se traz a resposta já não é mais a pergunta. Aponta isto sim, um caminho também a construir. (KRAMER, 1997, p.169).

⁴ Ver KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.) **Currículo**: políticas e práticas. Campinas: Papyrus, 1999.

Um dos erros mais comum em se verificar é que os alunos devem se adaptarem a escola e o correto é a escola adaptar-se a realidade do aluno, da comunidade.

UM DESAFIO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS, EDUCAÇÃO PARA TODOS

Para muitos teóricos como Azevedo (2001), as ações governativas teriam um fim de controle social, pois o autor entende que as políticas públicas [...] representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o ‘Estado em ação’ (p.5) ⁵. Entretanto, entendo que o conjunto de políticas educacionais na sua essência não são ações intervencionistas do Estado. Pois, um dos eixos do PNE (2001), tem como princípio justamente [...] elevar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade de ensino em todos os níveis, reduzir as desigualdades sociais e regionais e democratizar a gestão da Educação pública (BRASIL, 2001, p. 1) ⁶. Porém um dos desafios é a tendência capitalista agressiva para muitos é excludente entretanto para outros se trata simplesmente da necessidade do sistema.

Conforme podemos observar na Constituição Federal de 1988, Art. 214 (BRASIL, 1998) e na LDBEN, Art. 87 (BRASIL, 1996) o PNE (BRASIL, 2001) é uma diretriz que visa dinamizar a educação, todavia alertando sobre [...] o problema da exclusão ainda é grande no Brasil [...] (BRASIL, 2001, p. 19) apesar das grandes mobilizações em prol da educação para todos.

Um dos objetos é a redução das taxas de analfabetismos, a falta de manutenção para que as crianças permaneçam nas escolas na verdade “[...] são problemas localizados em bolsões de pobreza existentes nas periferias urbanas e nas áreas rurais [...]” (BRASIL, 2001, p. 19). Dentro desta lógica algumas das políticas que poderíamos apontar com o objetivo de alavancar a política de educação para todos são exemplos de expansão a matrículas dos alunos “[...] com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (BRASIL, 1996, p. 6) e, ainda a aprovação da Lei

⁵ AZEVEDO, Janete M.L. de. **A Educação como política pública**: polêmicas do nosso tempo. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

⁶ BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**: Lei nº 10.172. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

11.114/2005, a qual teve por objetivo a obrigatoriedade do ingresso de alunos a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental.

A dinamicidade das políticas educacionais se baseia no ideal da lógica de [...] tolerância da diversidade cultural “[...] (GIDDENS, 2002, p. 18), ou seja, este é o desafio que o mundo globalizado impõe ao sistema educacional”. Nas diretrizes da PNE (BRASIL, 2001, p. 20) pode ainda ser visualizado o chamado turno integral, o qual tem por objetivo a ampliação da jornada escolar, ou seja, “[...] o turno integral e as classes de aceleração são modalidades inovadoras na tentativa de solucionar a universalização do ensino e minimizar a repetência” (BRASIL, 2001, p. 23).

O objetivo desta norma diretiva é fortalecer a aprendizagem, todavia oportunizando aos pais melhores condições na busca do sustento, além disso visando diminuir as desigualdades e conseqüentemente tendo uma sociedade mais instruída, mais democrática. Portanto, observa-se que a escola vem se tornando cada vez mais responsável no que tange a ampliação do [...] atendimento social, sobretudo nos Municípios de menor renda (BRASIL, 2001, p.20), tudo isto visando uma melhor qualidade do ensino e conseqüentemente da aprendizagem pois, ambos andam juntos.

Ressalta ainda, que o ensino fundamental teve sua ampliação para nove anos, ou seja, aumentou mais um ano de escola esta normativa é pautada na PNE e, portanto se tornando um bom exemplo de garantia de uma educação para todos. No âmbito do ensino médio uma das diretrizes do PNE, é o EJA e PROEJA juntos com a Educação a Distância, ou seja, visando;

[...] permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva: auto-aprendizagem; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir; compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar decisões; domínio de aptidões básicas de linguagens, comunicação, abstração; habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades. (BRASIL, 2001, p. 31).

Na modalidade de educação de jovens e adultos as diretrizes enfatizam um amplo desenvolvimento de capacidades e paralelamente o desenvolvimento de competências com finalidade específica de enfrentar as diversidades sociais, ou seja, “[...] as profundas transformações que vêm ocorrendo em escala mundial, em virtude do

acelerado avanço científico e tecnológico e do fenômeno da globalização”. (BRASIL, 2001, p. 47).

A educação especial também foi contemplada pelas políticas educacionais propondo desta forma uma “[...] escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial”. (BRASIL, 2001, p.60). Entretanto, um dos objetivos dessa modalidade de educação é o “[...] desenvolvimento de programas de qualificação profissional para alunos especiais, promovendo sua colocação no mercado de trabalho” (BRASIL, 2001, p. 63). Dentro dessa lógica o expansionismo das políticas educacionais tem tomado uma amplitude democrática. Outro exemplo, é a modalidade de educação indígena, a qual prevê “[...] ampliar, gradativamente, a oferta de ensino de 5ª a 8ª série à população indígena” (BRASIL, 2001, p. 66) além da universalização da política nacional de educação escolar indígena. Ressalta outras políticas adotadas foram à criação dos sistemas de avaliação como: o “Censo Escolar”, o “Sistema de Avaliação da Educação Básica” (SAEB), o “Exame Nacional do Ensino Médio” (ENEM). A LDBEN, em seu Art. 87, parágrafo 1º, esta em “[...] em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (BRASIL, 1996, p. 29). O grande projeto é assegurar o acesso e a permanência na escola isto é algo defendido pelos diversos organismos internacionais.

O discurso narrado no meio midiático é de uma inserção ao exercício pleno da cidadania por meio dessas modalidades de educação, ou seja, a escolarização é a única oportunidade que o sujeito tem para alcançar seus objetivos. Entretanto, acreditamos que uma sociedade mais instruída, maiores condições ela terá de exercer sua cidadania, ou reivindicar ações de políticas públicas democráticas e humanizadoras. Além disso, os sujeitos terão maiores condições de se associarem, desenvolvendo assim um sistema de cooperação mútuo, onde todos podem realmente participarem e reivindicarem um sistema de educação mais eficaz.

As propostas das políticas educacionais visam formar um sujeito com uma maior habilidade/mobilidade, com maiores competências, ou seja, um sujeito transversal, que saiba sobressair sobre os dramas do mundo global. Bauman (1999), ressalta que “[...] a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança” (p.8).

CONSIDERAÇÕES

O discurso neoliberal cada vez mais é recorrente em nossa sociedade, todavia, o Estado toma forma de um grande investidor preocupado essencialmente com apenas dois pilares que compõe a sociedade que são a saúde e a educação, pois, o [...] Estado deve se ocupar só com algumas atividades ‘essenciais’, como a Educação e a Saúde; e, assim mesmo, encarregando-se de, no máximo, regulá-las ou provê-las. (VEIGANETO, 2000, p. 198).

Segundo Bauman (1999), o conjunto do sistema produtivo, o financeiro e os efeitos globais influenciam diretamente nos sistemas de ensino. Ressalto que ao chegar no final destas poucas páginas tenho a sensação que ainda muito deve ser feito em prol de uma educação de qualidade. Todavia, reconheço os avanços no que tange a disseminação das práticas de educação para todos, as quais foram adotadas pelas esferas governamentais nas últimas duas décadas, através de políticas educacionais mais efetivas e por meio de uma maior descentralização da gestão escolar, onde todos os atores são co-responsáveis por uma educação de qualidade. Todos pela Educação é um slogan que realmente deve ser assumido por todos, sejam gestores, professores, comunidade escolar, pais, alunos, entidades não governamentais e todos os outros atores sociais pois todos são co-responsáveis pela educação que temos e pela educação que queremos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Referências para construção de sistemas educacionais inclusivos: a fundamentação filosófica, a história, a formalização.** Brasília, DF : SEESP : MEC, 2003. Versão preliminar.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

BORDIGNON, G. Democratização e desenvolvimento da educação: políticas e práticas. **Revista Brasileira de Administração da Educação - RBPAE**, v. 9, n.1, p.71-86, jan./jun., 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

CAVALIÉRI, A. M. V. Uma escola para a modernidade em crise: considerações sobre a ampliação das funções da escola fundamental. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.) **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papyrus, 1999.

DOWBOR, Ladislau. Da Globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. In: FREITAS, Marcos César de (Org.) **A reivindicação do futuro**. São Paulo: Cortez, USF, 1996.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. 4. ed. Lisboa: Presença, 2002.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000.